

O Projeto Logos II na formação de professores em Rondônia (1976-1993): análise de uma experiência

The Logos II Project in Teacher Education in Rondônia (1976-1993): A Practice Analysis

Cristiane Talita Gromann de Gouveia  <https://orcid.org/0000-0003-2347-0550>
Instituto Federal de Rondônia – Campus de Vilhena
e-mail – thalita_hehe@hotmail.com

Sérgio Candido de Gouveia Neto  <https://orcid.org/0000-0003-3434-5413>
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Vilhena
e-mail – sergio.gouveia@unir.br

Resumo

O Logos II foi um projeto que tinha como objetivo formar professores que eram leigos e habilitá-los em nível de segundo grau para o exercício do magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau entre as décadas de 1970 e 1990. O Projeto Logos II caracterizava-se por utilizar o sistema modular e possuía um plano de atividades no qual o aluno estabelecia seu próprio ritmo de aprendizagem. Foi implantado em diversos entes da federação, entre eles, o estado de Rondônia. Nesse sentido, o presente artigo tem a seguinte questão norteadora: como se deu a experiência de formação de professores no Projeto Logos II no estado de Rondônia? Como fontes foram utilizados os seguintes documentos: reportagens do jornal Alto Madeira e Revista Veja, bem como relatórios do MEC (Por exemplo, “Experiência: O Ensino Personalizado no Projeto Logos”), o Projeto de Implantação do Projeto Logos II, Relatórios do Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB), bem como, legislações (pareceres, portarias, decretos, etc.). Como referencial teórico-metodológico utilizou-se do Paradigma Indiciário de Ginzburg (1989) e a triangulação de dados de Mathison (1988). Os resultados indicam que o Projeto Logos II foi implantado em Rondônia numa época caracterizada pela precariedade do Estado, com falta de professores qualificados para atender a demanda provocada pela emigração. Nesse sentido, constituiu-se numa importante experiência na formação de professores no estado de Rondônia, por meio de ensino a distância e via sistema modular.

Palavras-chave: História da Educação. Sistema Modular. Ensino a distância.



Abstract

Logos II was a project that aimed to prepare high schoolers to become elementary teachers between the years 1970s and 1990s. The Logos II Project was characterized by the use of a modular system in which allowed students to establish their own learning pace through activity plans. The Logos II was implemented in several in several states being Rondonia one of them. This article is guided by the following question: How did the Logo II teacher training project took place in Rondônia? It was used reports from Alto Madeira newspaper, Veja Magazine, reports from MEC (e.g., “Experience: Personalized teaching in the Logos Project”), the Logos II Project Implementation Project, CETEB Reports, as well as legislation (opinions, ordinances, decrees, etc.). As a theoretical-methodological framework, it was used the Ginzburg Index (1989) and Mathison’s triangulation of data (1988). The results show that the Logos II Project was implemented in Rondônia during difficult times when the state faced a teacher shortage due to immigration. As a result, the Logo II Project became an important practice in teachers’ training in the state of Rondônia, through distance learning and via a modular system.

Keywords: History of Education. Modular system. Distance learning.

Introdução

No cenário político educacional do regime militar, estava, entre os problemas educacionais nacionais, a questão do professor não titulado, também conhecido como “professor leigo”. Foi na tentativa de solucionar a problemática dos professores não habilitados que surgiram, em caráter emergencial, diversos programas para habilitação dos professores, os quais eram leigos, em sua maioria (AMARAL, 1991). Aos Estados foi dado autonomia para que “elaborassem seus próprios planos de habilitação dos professores não titulados” (AMARAL, 1991, p.63), e foram criados, por exemplo, os projetos – Projeto de Habilitação de Professores Leigos (HAPROL) na Bahia e Habilitação de Professores não Titulado (HAPRONT) no Paraná, Alagoas e Espírito Santo.

Em outros estados, que não elaboraram seus próprios programas de formação, foi implantado o Projeto Logos II, que tinha como objetivo formar, em regime emergencial, professores que eram leigos, e habilitá-los em segundo grau para o exercício do magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. O Logos II trabalhava com o sistema modular e possuía um plano de atividades diversificado e flexível, no qual o aluno estabelecia seu próprio ritmo de aprendizagem. Os encontros com o orientador de ensino eram mensais, quando aconteciam também as aplicações de testes. Tal projeto, foi implantado em 19 Estados da Federação e o Território Federal de Rondônia estava entre os cinco primeiros deles, em caráter experimental.

Em Rondônia, o Projeto Logos II foi implantado em 1976 e encerrou as suas atividades em 1994. Esse espaço demográfico foi escolhido devido à grande quantidade de professores não titulados que estava atuando em salas de aula.



Como projeto de formação de professores, o Logos II adotava os moldes do Ensino Supletivo, ou seja, educação a distância no sistema modular, por isso a sua execução ficou sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Supletivo (DSU). O material didático e outras responsabilidades ficaram aos cuidados do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB).

A grade curricular do programa era composta por 28 disciplinas (3.480 h), sendo divididas em duas categorias (Geral e Especial) mais 2.000 horas de estágio que, inicialmente, era supervisionado. A educação geral baseava-se na “legislação pertinente aos conteúdos relativos ao ensino de 1º e 2º graus e foi subdividido em 12 disciplinas e 106 módulos” (CETEB, 1984, p. 16), classificado em nível crescente de dificuldade. Já a parte de educação Específica continha “18 disciplinas, que eram estudadas em 99 módulos, igualmente sequenciados dos assuntos mais simples para os mais complexos” (CETEB, 1984, p. 16). No total, foram elaborados “205 módulos além de uma série introdutória denominada ‘preparação do cursista’, da qual constam as informações básicas do Projeto, sua operacionalização e as responsabilidades do aluno participante” (CETEB, 1984, p. 16).

Os módulos eram livros em formato de brochuras, entregues aos professores-cursistas no início do curso. Eram, senão a única, uma das principais fontes que os cursistas tinham para estudar. De acordo com o discurso presente no Projeto-piloto (BRASIL, 1975), a confecção dos módulos era de responsabilidade da Equipe Técnica Central do programa, formada por curriculistas, peritos em tecnologia educacional e educação a distância¹, especialistas de área para mais de 28 disciplinas — eram eles que determinavam os conteúdos das diferentes áreas —, gerentes encarregados de implementar os conteúdos nos módulos, avaliadores que testavam a utilização do material nos locais que estavam sendo usados e faziam observações sobre as dificuldades que ocorriam (CETEB, 1984).

Como experiência pedagógica, o Projeto Logos II foi um caminho encontrado para a formação de professores a distância no estado de Rondônia nas décadas de 1970, 1980 e 1990, uma época caracterizada pelas precárias condições enfrentadas pela população, principalmente os da zona rural. Diante desse quadro, o presente artigo tem a seguinte questão norteadora: como se deu a experiência de formação de professores no Projeto Logos II no estado de Rondônia?

Para tentar responder essa questão e outras, tem-se como objetivo analisar o Projeto Logos II como uma experiência de formação de professores a distância no Estado de Rondônia. Nesse sentido, além dessa introdução, o artigo está dividido em Metodologia, Resultados e Discussão e Considerações Finais.

Metodologia

A coleta dos documentos da pesquisa foi realizada no período entre 2012 e 2017 nas cidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes e Porto Velho no estado de Rondônia,

1 O conceito de educação a distância era diferente de atualmente. No período do Logos II (décadas de 1970 e 1980), a educação a distância era desenvolvida por módulos instrucionais impressos, na qual o aluno desenvolvia seu ritmo de estudo e aprendizagem. No caso do Logos II, o aluno tinha encontros com o orientador de ensino mensalmente e na oportunidade, já realizava as avaliações (GROMANN DE GOUVEIA, 2016).



onde foram visitados os Centros de Ensino de Jovens e Adultos (CEEJA), as bibliotecas municipais e estaduais, o arquivo do jornal Alto Madeira, o Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO), a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Além desses locais, foi realizada coleta de documentos em Brasília (DF), no caso, na Empresa CETEB e no Arquivo Nacional de Brasília. Outros documentos (alguns módulos das disciplinas) foram obtidos em diversos sebos. Contamos também com a ajuda de colegas de profissão, que nos forneceram alguns materiais (módulos das disciplinas). Para uma relação completa da documentação levantada, basta consultar Gromann de Gouveia (2019).

Contudo, para este artigo, será utilizado como fonte a seguinte documentação: reportagens do jornal Alto Madeira e Revista Veja, bem como relatórios do MEC (Por exemplo, “Experiência: O Ensino Personalizado no Projeto Logos”), o Projeto de Implantação do Projeto Logos II, Relatórios do CETEB, legislações (pareceres, portarias, decretos, etc.).

Para análise, utilizou-se do Método Indiciário (GINZBURG, 1989). Segundo esse autor, por milênios o homem foi um caçador, e durante muito tempo, aprendeu a antever o movimento e a prender suas presas, observando as pegadas nas lamas, ramos quebrados, bolotas de esterco, etc. O método proposto por Ginzburg, consiste na interpretação das pistas a partir de dados negligenciáveis. Nesse sentido, inicialmente foi realizado uma leitura das fontes, e destacando os elementos presentes nos textos. Posteriormente, realizou-se a triangulação de dados segundo a proposta de Mathisson (1988):

[...] várias fontes, [...] são empregadas, frequentemente são confrontadas com uma série de perspectivas ou dados que não confirmam uma única proposição sobre um fenômeno social. Em vez disso, a evidência apresenta proposições alternativas que contêm inconsistências e ambiguidades (MATHISON, 1988, p. 15. Tradução nossa)².

O valor da triangulação está na possibilidade que o investigador tem de construir explicações sobre os fenômenos sociais a partir do qual eles surgem, utilizando não apenas os resultados convergentes, mas também os resultados inconsistentes e contraditórios (MATHISON, 1988). Dessa forma, colocou-se em evidência os pormenores para construir uma interpretação histórica que apontasse ou que ressaltasse a experiência do Projetos Logos II como um recurso tecnológico (ensino modular) e uma metodologia diferenciada da época (ensino a distância) no estado de Rondônia.

Rondônia em Tempos do Projeto Logos II

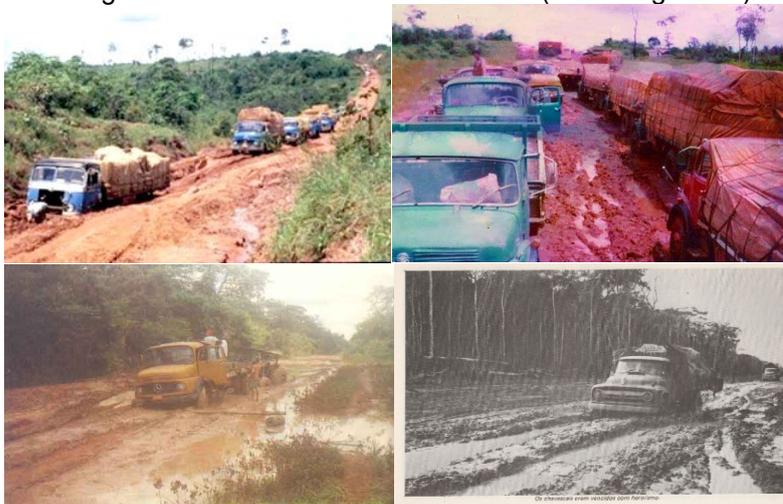
No tempo do Logos II, Rondônia ainda estava na condição de Território Federal e, aproximadamente nesta mesma época, ocorreu nesta unidade federativa o terceiro período migratório, tanto com a abertura da BR 029, atualmente conhecida como BR

2 “When multiplex sources, [...] are employed web frequently are faced with a range of perspectives or data do not confirm a single proposition about a social phenomenon. Rather, the evidence presents alternative proposition containing inconsistencies and ambiguities.” (MATHISON, 1988, p.15).



364 (Figura 1), quanto pelas propagandas midiáticas³, feitas pelo Governo Federal, para ocupação de terras não ocupadas.

Figura 1 – BR 364 na década de 1970 (Fluxo migratório)



Fonte: Museu virtual de Rondônia⁴; Revista Rondônia em sala⁵.

Cordeiro (2014, p. 188-9) conta em sua tese de doutorado que,

Em junho de 1975, o INCRA realizou um levantamento de imigrantes, aguardando assentamento, num trecho de 500 km (Ariquemes – Vilhena), tendo sido encontradas 7.106 famílias, cerca de 35.000 pessoas [...] Durante o ano de 1976, quando Cecília chegou a Rondônia com sua família, aumentou consideravelmente o número de imigrantes aguardando terra [...] Assim, como uma bola de neve que aumenta quando rola no desfiladeiro, aumentava a população do Território Federal de Rondônia, provocando tensões sociais, principalmente em Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes e Vilhena, onde a espontaneidade da migração era mais intensa nos meses de julho a agosto, na época do verão, quando os migrantes preferiam vir encarapitados nos caminhões “pau-de-arara”.

Em dez anos (1970 a 1980) houve um aumento em torno de 353% da população Rondoniense, ultrapassando em três vezes o índice de crescimento do número de habitantes do Brasil. Esses migrantes vinham de todas as localidades do país, mas em sua maioria da Região Nordeste e dos estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo (ÁLVARES-AFONSO, 2008). Isso, porque o objetivo das campanhas era abrandar a pressão que passavam as regiões mais populosas, redirecionando a população de imigrantes que sempre se moviam para sul e sudeste. Ademais, a

3 O Governo Federal lançou campanhas nos jornais impressos e nas rádios. Os slogans eram: Integrar para não entregar; Rondônia o novo Eldorado e Marcha para o Oeste (GROMANN DE GOUVEIA, 2016).

4 (Disponível em: <<http://www.museurondonia.com.br/o-museu>> Acesso em 23 de abril de 2018).

5 (Disponível em: <<http://rondoniaemsala.com.br/2012/03/br-364-rodovia-rasga-floresta.html>> Acesso em 23 de abril de 2018).



intenção do governo militar era também conseguir mão de obras nordestinas, que era numerosa, devido aos grandes períodos de seca. Dentro das estratégias utilizadas pelo Governo Federal também estava a ocupação dos extensos vazios demográficos do país como um esquema de segurança nacional, por isso eles tentavam fixar os imigrantes na região Norte, ambicionando resolver assim tanto os problemas da região nordestina como os da região amazônica (COLEÇÃO NOSSO SÉCULO BRASIL, 1986)⁶.

Nas propagandas oficiais eram oferecidas terras férteis e gratuitas. A promessa era que seus ocupantes receberiam todo apoio necessário e, além das terras para cultivar, ganhariam sementes para iniciar o plantio. O Ministério da Saúde instalaria postos de saúde e o Ministério da Educação garantiria escolas com o apoio dos universitários do Projeto Rondon. Todavia, as promessas não foram cumpridas, a dura realidade das doenças tropicais, tal como a malária que matou milhares de migrantes, só foi admitida anos mais tarde pelo Ministério da Saúde (GROMANN DE GOUVEIA, 2016, p. 47).

Outro fenômeno que contribuiu para o aumento de imigrantes em Rondônia foram os garimpos de ouro e de cassiterita que atraíram milhares de garimpeiros de todo país. Cordeiro (2014) explicou que Rondônia era/é um estado muito rico em recursos naturais, tais como: os hídricos e o minério e isso sempre favoreceu o seu crescimento econômico, atraindo os imigrantes que buscavam terras férteis e baratas, e no caso do minério, os garimpeiros. Cordeiro (2014), acrescentou ainda que, “[...] com o aumento do garimpo de ouro, tem muita gente chegando a Rondônia, principalmente vindo do sul e sudeste, [...]; melhorando o comércio, mas também criando mais problemas, como falta de esgotos, água e luz; de saneamento básico em geral” (CORDEIRO, 2014, p.60). Tais problemas era comuns naquela época, pois esse ente da federação não possuía infraestrutura apropriada para receber os imigrantes que chegavam. Assim, de acordo com Cordeiro (2014, p. 27),

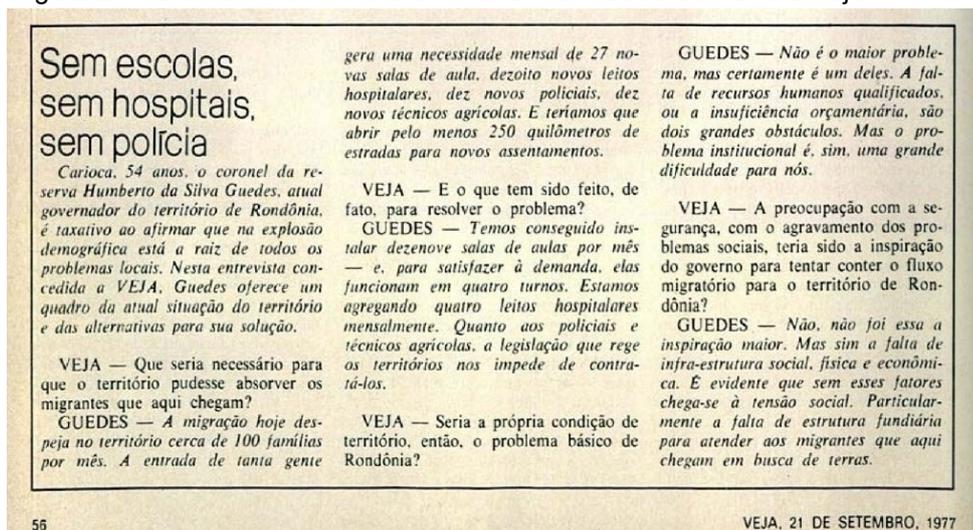
A verdade é que chegando ao anunciado “Eldorado” [os imigrantes] enfrentaram muitas dificuldades, como: transporte deficiente; clima quente e úmido; riscos, como febre amarela, malária e falta das mínimas condições de higiene, e foi assim que começou a ser caracterizado o custo da oportunidade.

Essas situações também foram noticiadas pela Revista Veja em setembro de 1977 (Figura 2) por meio de uma entrevista com o Coronel Humberto da Silva Guedes, governador do Território Federal na época que foi implantado o Logos II.

6 A *Coleção Nosso Século Brasil* é constituído por um conjunto de “documentos históricos recolhidos e publicados. O trabalho foi resultado de cinco anos de pesquisa”, publicado pela Abril Cultural.(PEREIRA, 2005). Como a “Coleção Nosso Século Brasil” foi publicado no fim do período regime militar e tem subtítulo “Brasil, Grande Potência”, pode ter sido usado como um mecanismo de propaganda do regime. No entanto, Gromann de Gouveia (2016) salienta que os depoentes de sua pesquisa confirmaram as informações contidas na coleção.



Figura 2 – Falta de Infraestrutura em Rondônia. Notícia da Revista Veja em 1977.



Fonte: Revista Veja (21 de setembro de 1977, p. 56).

Não desconsiderando a falta de infraestrutura que assolava Rondônia, conjecturamos que o discurso presente na entrevista cedida pelo governador Humberto Guedes à Revista Veja, fosse uma justificativa para transformar o Território Federal em Estado de Rondônia, já que no ano de 1977 tinham-se iniciado as tratativas para a mudança. Entretanto, enquanto ainda estava na condição de Território, uma das soluções encontradas pelo Governo Federal e pelos administradores foi contemplar esse ente da Federação com projetos oficiais de colonização e assentamento realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Programa de Integração Nacional (PIN). O Governo Federal, no ano de 1970, fundou o PIN e o INCRA, para desenvolver obras básicas de infraestrutura que permitissem colonizar as grandes áreas desocupadas e que também possibilitassem a ampliação da fronteira agrícola⁷ (Figura 3) (ÁLVARES-AFONSO, 2008).

7 A fronteira agrícola é uma expressão utilizada para definir a região do país que passou por um avanço do setor de produção capitalista sobre o meio ambiente. Esse espaço regional deve ter sido afetado por uma transformação territorial, principalmente, naquelas relacionadas “às mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica” dessa região. (Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm>. Acesso em: 19 de abril de 2018).



Figura 3 – As riquezas da nova fronteira.



Fonte: Revista Veja (19 de setembro de 1984, p.90).

Quando o Logos II foi implantado, o panorama político do Brasil era de uma Ditadura Militar, e o órgão responsável pela educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), era uma das instituições que estavam no foco dos dirigentes que estavam no poder. Pressupomos que o interesse desses dirigentes pelo MEC seria, entre outros fatores, por causa de eles considerarem que a educação servia como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e também de controle ideológico. Por isso, a partir de 1964, na intenção de atender os interesses da burguesia, instaurou-se na direção do MEC uma equipe com algumas pessoas empenhadas em consolidar um regime totalitário, com a função de homogeneizar a orientação econômica e política, sob a alegação de assegurar o desenvolvimento capitalista (ANDRADE, 1995). Esse grupo agia sobretudo por meio das legislações, que na época, conferiram a educação duas tarefas: a de formar sujeitos para fazer ciência (conhecimentos tecnológicos e científicos) e a de habilitar indivíduos para executar técnicas de trabalhos manuais. Assim, no núcleo do MEC, foi criado um agrupamento de reformas que tinham o objetivo de vincular a educação à política de consolidação econômica (ANDRADE, 1995). Exemplos dessas leis, são a Lei nº 5.540/1968, que reformou o ensino de 3º Grau e a Lei nº 5.692/1971 que deu nova organização ao ensino de 1º e 2º graus.

Ambas as leis, assim como outras, tinham como o objetivo de formar mão de obra para o mercado de trabalho. Além disso, também pretendiam fomentar uma mobilização para fatores que implicavam o progresso como, por exemplo, induzir o homem para assumir o papel de agente propulsor do desenvolvimento e de seu próprio bem-estar, proporcionando uma mudança na sua visão cultural em relação ao comportamento dos consumidores e na modificação de sua opinião econômica sobre a variação na função consumo e produção (CALAZANS, 1993).

O papel da educação seria, o de propor elementos para que o homem, ao invés de subordinar-se, ingressasse nesse mundo inovado e consiga situar-se nele como no seu mundo, e definir o papel que nele lhe compete. Isso exigira a descoberta de novas categorias que lhe permitirão uma nova compreensão



de si mesmo, do seu mundo de relações e das coisas (CALAZANS, 1993, p. 36).

Além dos problemas como os de muitos adultos sem o ensino primário, crianças e adolescentes que não frequentavam a escola, e o alto índice de repetência e evasão escolas, havia pouca mão de obra qualificada para o ensino, o que nos remete a questão do professor sem habilitação. Pesquisas realizadas no Brasil, pelo Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura (DSU/MEC), no ano de 1972, apontaram que existiam por volta de 150 a 200 mil professores sem titulação atuando em salas de aula de 1ª a 4ª série do 1º grau. Esses docentes possuíam em média a escolaridade entre a 4ª e a 8ª série do 1º grau. Em 1975, diagnóstico feito pelo Programa Nacional da Carta Escolar (PROCARTA)⁸, indicaram que no Brasil, havia em torno de 300 mil professores leigos atuando nas quatro primeiras séries do primeiro grau (BRASIL, 1975). Já em 1976, o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília contabilizou 400 mil docentes não titulados, atuando no 1º grau (ANDRADE, 1995). O Logos II foi criado para atender toda essa demanda necessitada de habilitação docente.

O projeto foi delineado no âmbito Federal, contudo, foi concedido aos estados a autonomia para desenvolver seus próprios programas de habilitação de professores leigos (AMARAL, 1991). Por causa disso foram elaborados outros projetos como, por exemplo, Projeto Titulação do Professor Leigo, no Rio Grande do Sul, Projeto TERRA, no Rio Grande do Norte, Projeto Lume em Goiás, Habilitação de Professores Leigos no Amazonas e em Sergipe, entre outros (EVANGELISTA; GROMANN DE GOUVEIA, 2014).

O Logos II foi desenvolvido em dezenove Estados⁹ da União, e entre os cinco primeiros deles, que estavam ainda na condição experimental¹⁰, encontrava-se o Território Federal de Rondônia, que foi selecionado, porque possuía uma quantidade grande de professores sem titulação lecionando nas quatro primeiras séries do primário. Era na região Norte que estava a maior parcela de professores não habilitados em comparação aos habilitados (AMARAL, 1991). Especificamente em Rondônia, dos 967 professores que estavam ministrando aulas, 668 não eram habilitados e somente 299 tinham o título para atuar no magistério (BRASIL, 1974). Em Rondônia, o Logos II foi acordado mediante a um convênio¹¹ entre o DSU/MEC e a Secretaria de Educação e Cultura deste Território (BRASIL, 1975). O seu exercício começou, nesse ente da federação, no ano de 1976, como podemos visualizar na reportagem do Jornal Alto do Madeira (Figura 4) e foi desativado no de 1994

8 O PROCARTA foi implantado em 1972 e pretendia proporcionar um quadro exato em relação ao número de indivíduos escolarizados, de acordo com a faixa etária, grau, série, curso, número de sala de aulas, professores, etc. Esses dados, ofereceriam instrumentos para o desenvolvimento do planejamento em todo o país (SUCUPIRA, 1974).

9 Primeiramente o Projeto Logos II foi implantado nos estados do Paraná, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Território Federal de Rondônia (BRASIL, 1975). Em seguida, incluiu os estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e Sergipe (CETEB, 1984).

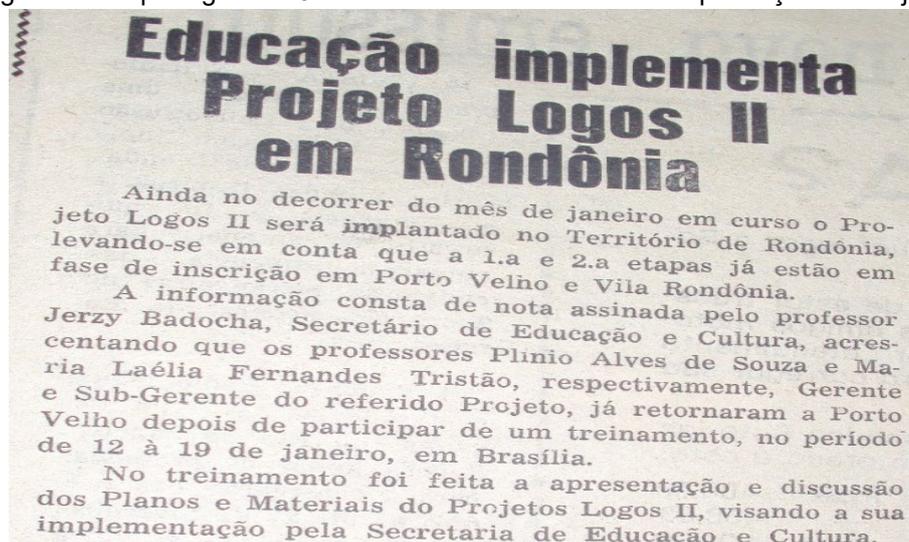
10 O Logos II se inspirou no Logos I, uma vez que sua metodologia foi considerada adequada para formação de professores (GROMANN DE GOUVEIA, 2016).

11 Processo 1.437-75, de 20 de novembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 1975.



(GROMANN DE GOUVEIA, 2016), diferente do que aconteceu na Paraíba, que o projeto ainda estava em vigor no ano de 1995 (ANDRADE, 1995) sendo finalizado somente no ano de 2005, e no Piauí que o programa também teve remanescentes até 2005 (PARAÍBA, 2005).

Figura 4 – Reportagem do Jornal Alto do Madeira sobre a implantação do Projeto Logos II



Fonte: Jornal Alto Madeira (N.º 12.322, ano LVIII, 24 de janeiro de 1976).

O Logos II, de acordo com a Equipe do CETEB, era voltado principalmente para a população da área rural (CETEB, 1984). Nessa época todo o Território Federal de Rondônia era considerado pelo governo militar como tipicamente rural¹², por mais que para os moradores houvesse uma diferença entre campo e cidade (GROMANN DE GOUVEIA, 2016). Devido a ser considerado como um espaço rural pelos dirigentes do país, Rondônia se enquadrava nas disposições para a implantação do Projeto. No mais, a partir do ano de 1985, com a chegada do Magistério no Estado, o Logos II ficou reservado exclusivamente para os docentes que atuavam na escola rural, com poucas exceções. Assim sendo, falar do Professor leigo em Rondônia, nesse tempo, é falar do Professor rural.

Em geral, no Brasil, o perfil característico do professor da escola rural, era definido, praticamente, pelo professor leigo e geralmente era por intermédio dele que se dava o primeiro, se não o único meio de propagação do conhecimento escolar, que era ensinado para muitos da população brasileira. Entretanto, além da falta de formação para lecionar, esse professor (a) tinha que lidar com a inadequada infraestrutura das escolas, visto que comumente, na zona rural havia uma precariedade nas instalações escolares (iluminação, instalações sanitárias, água encanada e outros), uma vez que a maioria era construída pelos moradores locais, de modo informal e improvisado. Esses docentes também precisavam superar as limitações de uma escola isolada,

12 Nesse tempo, era considerado como meio rural, o ambiente geográfico, econômico e cultural, onde os moradores trabalhavam diretamente com a terra, tendo em vista a obtenção de produtos da agricultura ou da pecuária. O sustento da maioria da população viria do contato direto e dependente da terra. Por isso, para ser entendido como zona rural, não era necessário que a população vivesse de forma isolada, distante de estradas e sem as vantagens do progresso. A característica principal era a atividade com a terra e a criação, sendo a população dependente desse trabalho para sobreviver (BRASIL, 1979).

como a falta de apoio de uma equipe que auxiliasse o trabalho docente (DAVIS, GATTI, 1993), já que eles eram professores, diretores, supervisores, secretários, zeladores, merendeiras, etc.

Sem formação específica para o magistério e, portanto, sem qualquer subsídio para desempenhar seu papel, a professora entrava em um espaço profissional cuja a configuração era extremamente vaga. Não havia colegas e nem diretoras para fornecer parâmetros de normatividade: aprendiam-se os usos e costumes locais por intermédio de quem deixava o posto para trás, por meio da própria experiência como aluno ou pelo ideário pedagógico (DAVIS; GATTI, 1993, p. 78).

O docente que cursava o Logos II em Rondônia era um representante característico do professor leigo (CETEB, 1984; GROMANN DE GOUVEIA, 2016). Esses docentes lecionavam nas escolas do interior, que normalmente eram organizadas nos moldes das salas multisseriadas¹³ que, em sua maioria, era disposta em uma única sala de aula, em que um único professor lecionava todas as disciplinas, para alunos que estudavam, conjuntamente, de 1ª a 4ª série do 1º grau (AMARAL, 1991). As salas multisseriadas eram organizadas na zona rural devido a um desses fatores: a falta de existência de professores, a pouca quantidade de alunos a partir da 2ª série do 1º Grau e “ainda a reduzida disponibilidade financeira da prefeitura para remuneração de professor” (GONDIM, 1982, p. 111). As escolas multisseriadas de Rondônia tinham todas essas características. Para atender o professor que atuava nessas escolas multisseriadas e que precisava de formação, o Projeto Logos II foi uma importante experiência, com materiais e técnicas de ensino específicos.

O Projeto Logos II como uma experiência didático-metodológica

O Logos II atendeu 19 estados da federação, portanto, a clientela desse programa era pluricultural. Assim, essas diferenças e variedades regionais e também devido à dificuldade do professor não titulado se distanciar da sala de aula, serviu como justificativa para que a equipe percursora do Projeto Logos II se apoiasse na educação a distância, com ênfase no ensino individualizado, ou seja, sua forma de ensinar tinha como pilar a predisposição do professor-cursista para estabelecer seu próprio ritmo de aprendizagem (CETEB, 1984). Assim, para alcançar o objetivo do projeto, o professor-cursista tinha como opção a flexibilidade para aprender os conteúdos e os encontros com o orientador de ensino ocorriam mensalmente. Esses encontros poderiam ser para as aplicações de avaliações, para explicações em relação às dúvidas no conteúdo apresentado, ou ainda, conforme a necessidade dos professores-cursistas (BRASIL, 1975).

Na estruturação do Logos II, a Equipe do CETEB (1990) relatou que exigiu na organização do projeto, esquemas lógicos por parte dos elaboradores dos materiais, estabelecendo ferramentas de trabalho adequados, não só aos princípios da instrução personalizada e individualizada, mas também com os objetivos pretendidos e as particularidades da clientela. Para atingir esses objetivos, os instrumentos de ensino

13 Atualmente ainda existem escolas com salas multisseriadas na zona rural no estado de Rondônia (HILÁRIO, 2013). Para mais descrições e detalhamentos de como se organiza e funciona uma sala multisseriada ver Gromann de Gouveia (2016).



deveriam oportunizar embasamento teórico, científico e tecnológico, e possibilidades de aplicação e execução de atividades sistematizadas de produção (CETEB, 1990). Todavia, os módulos do Logos II não atendiam ao critério de responder as características individuais dos alunos, uma vez que todas as atividades dos módulos eram padronizadas. Também temos que considerar a questão do baixo custo do programa, pois, com a quantidade de alunos que se tinha no projeto, se fossem propostas atividades alternativas — com a intenção de personalizar e individualizar a instrução — mesmo que fosse apenas leituras e textos, ter-se-ia o custo muito aumentado (STAHL, 1981).

A característica fundamental do Logos II era o treinamento em serviço e a lei que sustentava sua efetivação era a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 5692/71. A reforma na educação concretizada por essa legislação, representava os desejos centralizadores do Governo Militar, impondo uma educação tecnicista, buscando o aperfeiçoamento e o crescimento da mão de obra especializada, indispensável para o desenvolvimento da indústria e da economia daquele tempo (CAVALHEIRO NETO, 2006). Desse modo, o Logos II tinha a intenção de integrar os professores que não tinham a titulação adequada e estavam atuando em sala de aula, inserindo-os no quadro efetivo de funcionários da rede escolar (CETEB, 1984).

A junção de teoria e técnica instrumental, quando possível, com uma aplicabilidade imediata era uma característica do ensino tecnicista. A prática educacional baseada nesse modelo, defende uma solução instrumental para os problemas, fundamentada no conhecimento teórico e técnico, previamente disponibilizado. Era considerado instrumental, porque deduzia que a execução de procedimentos e técnicas, por sua “própria competência” conseguiria os resultados desejados (CAVALHEIRO NETO, 2006). Essa união entre a teoria e a técnica aplicada ao currículo do Logos II também foi percebida por Gromann de Gouveia (2016).

Além das 3.480 horas distribuídas entre as disciplinas que atenderiam as duas partes (Formação Geral e Específica), a grade curricular do Logos II continha ainda 2.000 horas de estágios que, inicialmente, eram supervisionados em sala de aula. Contudo, a quantidade de supervisores de aprendizagem prevista no projeto-piloto (BRASIL, 1975) não conseguiu atender a demanda de alunos. O projeto-piloto estimava que cada supervisor de aprendizagem conseguiria atender 300 cursistas (BRASIL, 1975), o que seria quase impossível, por causa das grandes distâncias, já que a maioria dos professores-cursista atuavam na zona rural, principalmente em Rondônia. Diante do exposto, a Equipe do MEC e do CETEB informaram que não tinham recursos financeiros para contratar mais supervisores de aprendizagem (CETEB, 1984).

No início do Projeto existiam duas funções no Logos II, o Supervisor de Aprendizagem que ficaria responsável pelos estágios e o Orientador de Aprendizagem que atenderia o aluno no Núcleo Pedagógico (NP)¹⁴. Entretanto, como o estágio supervisionado era uma obrigação legislativa, as Equipes do CETEB (1984) e do MEC reestruturaram o

14 “O NP, além de ser um lugar de encontro, era também o local em que aconteciam a organização e o arquivamento do material, das fichas de controle de estoque, de presença dos alunos, de registro de atividades, e de desempenho individual de cada cursista, [...] os relatórios periódicos para os escalões superiores, além da entrega de material para o cursista” (GROMANN DE GOUVEIA, 2016, p. 106). Normalmente funcionavam no mesmo local que os CEEJA's.



estágio e a avaliação da prática docente passou a ser sem supervisão direta dos supervisores do Logos II. Após o estágio se tornar não supervisionado, houve uma fusão das duas funções — o Supervisor de aprendizagem e Orientador de aprendizagem — que passou a se chamar Orientador e Supervisor de Aprendizagem (OSD) que ficaria responsável por todas as atividades no NP.

Para a Equipe do CETEB (1984) a sala de aula continuou sendo o laboratório de observação e aprendizagem do professor-cursista, mas sem a presença eventual do supervisor de aprendizagem do Logos II, e a prática docente no programa passou a ser avaliada por meio das aulas do microensino.

Tanto o próprio professor-cursista por meio da autoavaliação, os OSD's e os colegas de curso, avaliavam cinco habilidades nas aulas do microensino que eram consideradas fundamentais para o exercício docente nas quatro primeiras séries do 1º Grau, sendo elas: “variar a situação-estímulo, formular perguntas, ilustrar com exemplos, empregar reforços e aumentar a participação dos alunos” (CETEB, 1984, p.34). Para desenvolver essas habilidades nas microaulas, eram entregues aos professores-cursistas uma série contendo seis módulos denominados “microensino”, que continham todas as informações necessárias para que os docentes elaborassem uma aula e treinasse “a si mesmo na avaliação de seus colegas” (CETEB, 1984, p.35). O principal objetivo do microensino, segundo a Equipe do CETEB (1984) era “capacitar o professor a programar o seu ensino de maneira a provocar mudanças comportamentais específicas nos seus alunos” e treinar “habilidades técnicas para ensinar ou desenvolver procedimentos específicos” (CETEB, 1984, p. 34). Essa concepção estava em consonância com a tendência educacional tecnicista, o que para Libâneo (1992, p. 25) se apresentou da seguinte forma na educação:

Num sistema social harmônico, orgânico e funcional, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global (LIBÂNEO, p. 25, 1992).

A Equipe do CETEB declarou que, tanto eles como a equipe que pertencia ao MEC, consideravam as atividades do microensino pertinentes e satisfatórias para desempenhar o que prometia. Contudo, a Equipe do CETEB também relatou que houve muitas reclamações por parte dos professores-cursistas em relação a técnica do microensino. Tais cursistas expuseram que a elaboração dessa técnica “foi por demais sofisticadas, com exemplos um tanto abstratos e formais, colocando-os num nível de difícil assimilação e tradução para a prática dentro da sala de aula (CETEB, 1984, p.56)”. Na tentativa de suprir essa carência a Equipe do CETEB (1984) ofertava os Encontros Pedagógicos que tinham um viés didático (resolução de dificuldades específicas, estudos complementares em alguns conteúdos, entre outros) e ainda era um espaço de troca de experiências profissionais. Conforme a Equipe do CETEB (1984), os encontros pedagógicos aconteciam mensalmente nos NP's e duravam, aproximadamente, de 6 h à 8 h.

Em Rondônia, a partir do ano de 1989, por influências da educação Toyotista, que tinha como foco a qualidade, o estágio voltou a ser supervisionado na sala de aula,



mais continuou com o auxílio do microensino e dos Encontros Pedagógicos (GROMANN DE GOUVEIA, 2016).

[...] por influência do Toyotismo¹⁵, começou a busca pela suprema qualidade. Pautado nesse objetivo, o estágio no Logos II voltou a ser supervisionado, mas não na forma inicial prevista no Projeto-piloto, com um supervisor docente para atender 300 cursistas e sim como uma fusão do primeiro modelo com o microensino [...]. Os professores cursistas da zona rural não eram supervisionados pelos OSD's do Logos II que atuavam nos NP's e sim "[...] pelo Supervisor do Ensino Rural das Delegacias Regionais de Ensino e Núcleo de Ensino, [...]" (DESU/SEDUC, 1989, Art. 40), que eram treinados pelos OSD's quanto ao desenvolvimento do microensino. Contudo, o Supervisor do Ensino Rural, acompanhava o professor cursista somente no período em que as habilidades estivessem sendo aplicadas em sala de aula, ficando a parte dos treinamentos das microaulas ainda sob a responsabilidade dos OSD's (GROMANN DE GOUVEIA, 2016, p, 133).

Segundo a Equipe do CETEB (1984), as soluções para esses problemas só eram identificadas ao longo do curso, em diálogo com os cursistas. Nesse contato com o professor-cursista, eram consideradas as adversidades em relação às variações regionais e até mesmo as dificuldades do adulto que volta a sentar no banco da escola em uma situação de aprendizagem controlada (CETEB, 1984). Assim, era por meio das dificuldades de aprendizagem apontadas nas práticas de estudos dos cursistas, que o material era reelaborado. Ainda, conforme a Equipe do CETEB (1984), tanto esta empresa como o MEC, organizavam visitas periódicas aos Núcleos Pedagógicos, com a intenção de coletar informações que pudessem direcionar as correções nas revisões e reedições subseqüentes. Foram elaboradas cinco edições, até o ano de 1984, incluindo, em algumas das disciplinas, mudanças significativas (CETEB, 1984). Os materiais didáticos do Logos II tiveram muitas questões não resolvidas, e a justificativa exposta pela Equipe do CETEB (1984) era que o pessoal que produzia os módulos, residia na capital e tinha pouco conhecimento do mundo rural. Esses desafios se tornaram difíceis de ultrapassar e acabaram se agravando por causa da abrangência nacional do Projeto. Também, por mais que a maior preocupação do Logos II fosse o professor leigo da zona rural, o projeto não atendia as especificidades da escola multisseriada (CETEB, 1984). Para poder atender esse modelo educativo, seria necessária uma forma de ensino específica, com um material didático diferenciado e técnicas pedagógicas apropriadas. Contudo, como podemos observar abaixo no relato exposto pela Equipe do CETEB (1984), essa empresa não tinha o material e a metodologia adequada à sala multisseriada e admitiu estar longe de atender as peculiaridades da prática cotidiana do professor do meio rural:

TURMAS MULTISSERIADAS – um desafio que permanece para quem se preocupa com a formação do magistério de 1º grau é a realidade das turmas multisseriadas na zona rural.

É notório que boa parte das escolas do interior são organizadas sob a forma multisseriada, vale dizer, um só professor deve arcar, numa mesma sala de

15 O modelo Toyotista também foi influenciado pelas empresas automobilísticas, contudo, seu principal foco era com a qualidade dos serviços, surgindo assim uma preocupação com a qualidade da mão de obra. Na educação esse modelo foi adotado, por que havia uma disfunção entre as necessidades de qualificação para o mercado de trabalho e os resultados do sistema educacional, portanto, “as empresas começaram a pressionar o Governo, forçando-o a aplicar os critérios de qualidade na educação” (GROMANN DE GOUVEIA, 2016, p, 123).



aula, com aluno de diversas faixas etárias cursando simultaneamente as quatro primeiras séries do 1º grau.

Essas classes multisseriadas existem em função dos recursos financeiros escassos alocados à inexistência de professores disponíveis, salários ínfimos e demais problemas estruturais ligados à carreira do magistério, já mencionados na introdução desse relatório.

Se essa realidade não pode ser superada a curto prazo, compreende-se que deve ser enfrentada com uma pedagogia específica, que incluiria desde material didático apropriado até técnicas de ensino concebidas para esta situação. Mesmo o Projeto LOGO II, cuja a preocupação é o professor leigo da zona rural, está longe de atender às exigências da escola multisseriada; seu material didático e metodologia estão, pois, defasados em relação a esta especificidade [salas multisseriadas] da rotina do mestre do interior (CETEB, 1984, p. 58).

O curso do Logos II tinha no bojo de sua proposta o estudo personalizado e individualizado, mas como o programa tinha uma abrangência nacional, isso acabava por dificultar para as equipes de elaboração de material atender as especificidades, principalmente em relação a linguagem. Como os elaboradores eram detentores de uma linguagem urbana, que era muito distante dos costumes do campo, isso acabava por configurar-se em uma barreira na confecção dos módulos. Um exemplo, foi na disciplina de Educação Artística, quando em uma atividade, foi pedido ao cursista que fizesse um desenho de criação e o mesmo respondeu desenhando um bode, que era um animal típico de criação daquela região (CETEB, 1984).

Outro ponto, era que os materiais do Logos II não enfatizavam o desempenho dos professores-cursistas dentro das reais condições em que desenvolviam o seu trabalho. Os conteúdos apresentados no Projeto contemplavam uma aprendizagem para a manutenção do sistema, uma vez que desconsiderava as pressões da realidade socioeconômica, idealizando o docente como um sujeito “indiferente a questões financeiras, preocupado apenas com o saber” (STAHL, 1981, p. 151).

As condições reais do professor da área rural e das zonas periféricas, na maioria das vezes, eram muito diferentes daquilo que era proposto aos cursistas como o ideal de sociedade e realização humana, entretanto, o material do Logos II continuava a tratar pela perspectiva estritamente pedagógica, assuntos que extrapolavam esse âmbito (STAHL, 1981).

Se um programa de formação de professores como o Projeto Logos II não desenvolve o espírito crítico, não levando o professor a refletir sobre a própria vida e seu trabalho, não se pode esperar que esses professores venham a contribuir para a formação de jovens mais conscientes de seu papel na sociedade (STAHL, 1981, p. 146).

Assim, de acordo com Gondim (1982), a falta de vinculação do curso a problemática vivenciada pelo professor rural, não contribuía para tornar o cursista do Logos II “mais consciente do seu papel de agente de transformação social” (GONDIM, 1982, p.171). Entretanto, em Rondônia, nas condições precárias de infraestrutura e de oportunidades de qualificação profissional que se encontrava o recém-estado, e ainda lidando com todas as adversidades de uma região pouco explorada ambientada no meio da floresta Amazônica, a nosso ver, estar atuando em sala de aula e tendo a possibilidade de continuar estudando, já era uma forma de transformar a sociedade local.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Logos II foi importante para a educação de Rondônia considerando que foi um dos primeiros projetos de formação de professores do estado, já que usava a educação a distância¹⁶ e os recursos tecnológicos da época – no caso – os módulos – que permitia o estudo do docente em casa, mantendo todas as suas atividades do serviço.

Além desse sistema, o Logos II foi um projeto inovador do ponto de vista didático-metodológico, constituindo-se em exemplo de experiência educacional na década de 1970. No caso, o cursista do Logos II estudava em casa, realizava as provas no Núcleo Pedagógico (NP) sempre que fosse possível. Em Rondônia, geralmente nos dias de feira, já que além da função docente, muitos professores eram produtores rurais (GROMANN DE GOUVEIA, 2016). No NP o professor também realizava a prática docente na forma de aulas do microensino, que constituiu uma inovação para a época, e no caso do Logos II, substituiu o estágio supervisionado, que no início do projeto, era de 2000 horas. De uma forma geral, o microensino era avaliado pelo próprio docente, os orientadores e supervisores de aprendizagem (OSD) e colegas do curso. Isso também era uma inovação para a época e estava baseado no modelo tecnicista de formação em massa.

Mesmo apresentado esses indícios que caracterizava o projeto como sendo inovador, o Logos II teve muitas críticas, seja no modelo de educação a distância, seja no sistema modular e conseqüentemente dos módulos, que não levava em consideração as individualidades e as características regionais, já que os materiais do Logos II eram elaborados para os entes da federação que aderiram ao projeto, conforme já discutido acima.

Apesar das críticas, o Projeto Logos II formou muitos professores no estado de Rondônia, por meio de uma proposta que considerava o ensino modular e educação a distância. Nesse estado, grande parte dos docentes formados pelo projeto continuaram seus estudos (graduações e pós-graduações) e afirmaram que isso só foi possível por causa do Logos II. Tais profissionais, ainda hoje continuam atuando na educação, seja diretamente em sala de aula ou em cargos administrativos como secretarias e direções de escolas (Municipais e Estaduais) e Institutos Federais (GROMANN DE GOUVEIA, 2019).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPESP pela bolsa de doutorado concedida à primeira autora. Processo n.º 2016/00850-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

16 Outras informações sobre como era desenvolvido esse ensino individualizado podem ser encontradas em Gromann de Gouveia (2016) e Gromann de Gouveia (2019).



REFERÊNCIAS

- ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. **Rondônia: Ocupação, crescimento e organização agrária**. Fortaleza: Realce Editora, 2008.
- AMARAL, MariaTeresa Marques. Políticas de habilitação de professores leigos: a dissimulação da inocuidade. In: GARCIA, Walter, et al. **Professor Leigo: Institucionalizar ou erradicar?** São Paulo: Cortez; Brasília: SENEb, 1991. p. 37-83.
- ANDRADE, Jerusa Pereira de. **Projeto Logos II na Paraíba: Ingerências Políticas e implicações na sua proposta político-pedagógica**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba.
- BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. **Projeto Logos I: O desafio da experimentação o resultado**, Brasília, 1974.
- BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. **Projeto Logos II**, Brasília, 1975.
- BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Secretária-Geral. **Subsídios para o planejamento da educação no meio rural**, Brasília, 1979.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural – Traços de uma trajetória. In.: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e Escola no Campo**. p. 15-42. São Paulo: Editora Papirus, 1993.
- CAVALHEIRO NETO, Afonso. **A escola como expressão e resposta às exigências dos modelos de produção do capital**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.
- CETEB. **Logos II: Registro de uma experiência**. Brasília: CETEB, 1984.
- CETEB. **Relatório interno: desenvolvimento de recursos humano via educação a distância**.1990. [Mímeo].
- COLEÇÃO NOSSO SÉCULO BRASIL: 1960/1980 (II). **Brasil, Grande Potência**. São Paulo: Editora Abril, 1986.
- CORDEIRO, Edna Maria. **Travessias de Cecília: A caminho da Educação Matemática no CEEJA Padre Moretti – Rondônia**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Matemática).
- DAVIS, Cláudia; GATTI, Bernardete Angelina. A dinâmica da sala de aula na escola rural. In.: THERRIEN, Jacques, et all.; **Educação e Escola no Campo**. p. 75-136. São Paulo: Editora Papirus, 1993.
- EVANGELISTA, Cristiane Johann Evangelista; GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. In: BRITO, Arlete de Jesus; FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho; MIORIM, Maria Ângela. (Org.). **Pesquisas Históricas em Jornais e Revistas: Produções do HIFEM**. 1ªed.São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, v. 1, p. 217-242.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONDIM, Maria Augusta Drumond Ramos. **O Projeto LOGOS II no Piauí: uma análise de programas para formação do professor leigo de zona rural**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.



GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. **A proposta nos módulos do Projeto Logos II e a prática docente do professor-cursista em Rondônia**. 2019. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2019.

GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. **O Projeto Logos II em Rondônia: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica**. 2016. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____ . **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MACHADO, Abnael. **Achegas para História da Educação no Estado de Rondônia**. 2ª ed. Porto Velho: Secretária de Estado da Educação, 1993.

PARÁIBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Diário Oficial formaliza desativação do Projeto Logos II**. Publicado em 18 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.sec.pb.gov.br>> Acesso em: 16 de outubro de 2017.

PEREIRA, Mateus H. F. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). Porto Alegre: **Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 239-258, 2005.

STAHL, Marimar Müller. **Os módulos do Projeto Logos II: um estudo avaliativo dos elementos e conteúdo**. 1981. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 1981.

Recebido: 27/02/20

Aprovado: 28/05/20

Como citar: GOUVEIA, C. T. G.; GOUVEIA NETO, S. C. O Projeto Logos II na formação de professores em Rondônia (1976-1993): análise de uma experiência. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 6, e105720, 2020.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

